POLICLIN SAÚDE S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em reais – R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O objeto social consiste em operar planos privados de assistência à saúde individuais, familiares e coletivos por meios de execução próprios ou mediante contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados e de reembolsos de despesas médicas, hospitalares, odontológicas e ambulatoriais feitos a seus beneficiários.

A Policlin Saúde S.A. está subordinada à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sob o número de registro 41569-3 e cumpre integralmente com suas Resoluções e Instruções Normativas.

1.1. Perspectivas e Planos da Administração

Conforme estabelece a RN 569/2022, as garantias patrimoniais e regras de capital, são exigências preconizadas para minimizar a insolvência das operadoras no mercado frente às oscilações de riscos inerentes ao setor e a economia como um todo. Diante disso a operadora optou pela adoção antecipada do Capital Baseado em Risco em setembro de 2021 e irá manter as ações corretivas para 2023 tendo como objetivo manter o limite mínimo de Patrimônio para assegurar a solvência de seus compromissos e passando a atender a regra do capital baseado em riscos (CBR) estipulada pela ANS a partir de 2023.
As ações corretivas para 2023 estão baseadas nas seguintes premissas:

a) Manutenção do sistema de monitoramento e acompanhamento de idosos, pacientes crônicos e de alto custo com o serviço especializado denominado "+ Saúde".

b) Ampliar os contratos com coparticipação, que visam diminuir a sinistralidade.

c) Recuperação de carteiras deficitárias.

d) Análise criteriosa de novos contratos (visando custo/benefício/risco), tendo em vista a lucratividade.

e) Revisão dos Contratos com prestadores de atendimentos de alto custo, visando melhora do custo benefício.

f) Intensificação do atendimento em recursos próprios.

g) Implantação dos processos de governança corporativa conforme estabelece a RN 518/2022.

h) Contratação de empresa especializada em Junta médica que atua no mercado de auditoria, regulação, padronização e negociação de OPMEs com intuito da qualificação e a redução dos custos assistenciais.

Conforme estabelece a RN 443/19 revogada pela RN 518/22, que dispõe sobre a adoção de práticas mínimas de Governança Corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operações de planos de assistência à saúde, a operadora firmou contrato com a empresa CTS Consultoria para implantação e monitoramento da Governança Corporativa Básica.

A expectativa para 2023 é que o número de beneficiários cresça, caso a economia siga estável e os postos de trabalho aumentem. A análise das entidades ligadas aos planos de saúde diz que é preciso encontrar soluções para

reverter o quadro de sinistralidade mediana de 84,5% nos últimos 12 meses. As mudanças na legislação trouxeram mais tensão ao mercado e risco de elevação dos custos. O rol de procedimentos passou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde foi caracterizado como "taxativo, mas com exceções", e em seguida pelo Congresso Nacional, onde uma lei aprovada e sancionada deu o entendimento de que o rol, na verdade, passaria a ser exemplificativo.
Dessa forma, existe a impossibilidade de as operadoras preverem os gastos que podem ter, já que caso haja recomendação médica e comprovação científica da eficácia, o plano de saúde deve cobrir, sem passar pela avaliação da agência.
Outras mudanças de cobertura ocorreram e que podem ter consequências aos planos, como o fim da limitação do número de consultas e sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapias. A ANS também ampliou a cobertura de consultas e sessões para pacientes com transtornos globais do desenvolvimento, que inclui o transtorno do espectro autista (TEA). As prioridades passam por uma possível revisão da lei do rol exemplificativo e do processo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Ainda, espera-se uma resolução adequada para a situação do piso salarial de enfermagem, que aguarda definição de fontes de recursos para os prestadores privados, que indiretamente afeta os planos de saúde. O setor de saúde suplementar vem enfrentando dificuldades difíceis de sustentar.
Com a retomada pós-pandemia das cirurgias eletivas e o alto custo de medicamentos e equipamentos por conta do avanço da tecnologia e da inflação, já se esperava um aumento dos gastos por parte das operadoras. No entanto, a percepção dos planos é que dois fatores podem ter impactado ainda mais essa situação: o diagnóstico tardio de doenças, em especial do câncer, e uma maior utilização dos serviços.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC-PME também de acordo com as disposições complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, tendo como moeda funcional o Real.

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Operadora consta no tópico seguinte.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pelas perdas, se necessário.

As perdas sobre créditos são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

(b) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são reconhecidas pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada, em consonância com as disposições e critérios estabelecidos pela ANS - Agência Nacional da Saúde, e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável.

As propriedades são depreciadas por taxas anuais que correspondem ao tempo de vida útil remanescente, definido em Laudo Técnico elaborado por empresa especializada.

(c) Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável.

Os bens são depreciados por taxas anuais que correspondem ao tempo de vida útil remanescente, definido em Laudo Técnico elaborado por empresa especializada.

(d) Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores, incluindo a Provisão de Eventos a Liquidar, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. As demais contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(e) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuariais e determinações contidas nas normas da ANS.

(f) Provisões judiciais

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

(g) Lucro / Prejuízo por lote de mil ações

O lucro / prejuízo por lote de mil ações está calculado com base na quantidade de ações emitidas até a data do encerramento do exercício.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A administração revisa anualmente o valor contábil de seus principais ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que os ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às

unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

No exercício de 2022, não há indicação de que nossos ativos sofreram alguma perda.

(i) Apuração do resultado

(i) Receita

A receita é reconhecida quando o valor pode ser mensurado com razoável segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia.

Basicamente, a receita é originária da venda de planos de saúde com preço pré-estabelecido, sendo reconhecida pelo período de risco decorrido da cobertura assistencial.

(ii) Eventos indenizáveis

Os custos de atendimentos do plano de saúde são reconhecidos quando incorridos, considerando as disposições da ANS que determina que os eventos sejam apropriados com base na data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores de serviços, pelo seu valor integral, no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida pro-rata die pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iv) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é apurada de acordo com o regime de tributação do lucro real e calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para processos judiciais e mensuração de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Operadora revisa as estimativas contábeis periodicamente.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), na demonstração do fluxo de caixa.

Os saldos são apresentados pelo seu valor de custo acrescido, quando aplicável, das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Descrição	2022	2021
Caixa	2.000	2.000
Banco do Brasil S/A C/C 15360-5	11.148	29.175
Banco Santander C/C 13.000694-0	83.501	324.542
Banco Itaú S/A C/C 54735-6	431.123	637.947
Banco Bradesco C/C 11621-1	17.484	11.022
Total	**545.256**	**1.004.686**

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	2022	2021
Aplicações garantidoras às provisões técnicas (a)		
Banco Santander - Aplic ANS	10.852.006	9.848.529
Sant ANS II RF Cred. Privado Conta: 13000694-0	335.007	300.673
Subtotal	**11.187.013**	**10.149.202**
Aplicações livres (a)		
Banco Santander - aplicação	-	5.758.210
Bradesco Fdo DI Top 11621-1	5.507.747	4.961.137
Itaú Fundo Mix Credito Privado	181.549	162.874
Itaú Premium Renda Fixa Referenciado DI-FICFI	3.925.228	3.283.108
Subtotal	**9.614.524**	**14.165.329**
Total	**20.801.537**	**24.314.531**

(a) As aplicações financeiras são representadas basicamente por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, e Fundo de Investimentos registrados pelos valores das aplicações, acrescidos dos rendimentos auferidos (pro-rata temporis), até a data do encerramento do exercício.

As taxas variaram entre (-)0,89% a 1,10% ao mês.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2022	2021
Faturas a receber PJ	7.397.818	6.063.096
Mensalidades a receber	1.423.044	1.286.552

Reajuste suspenso pela ANS	120.385	196.940
Clientes de Corresponsabilidade Assumida	-	116.509
Perdas sobre créditos	(2.864.043)	(2.312.242)
Total	**6.077.204**	**5.350.855**

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

	2022	
Descrição	**IRPJ**	**CSLL**
Provisão para processos judiciais	1.183.605	1.183.605
Provisão para perdas	674.117	674.117
Depreciação	(352.011)	(352.011)
Total	**1.505.711**	**1.505.711**
Alíquotas	**25%**	**9%**
(=) IRPJ e CSLL diferidos	**376.428**	**135.514**

A reconciliação da despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	
Descrição	**IRPJ**	**CSLL**
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(2.532.620)**	**(2.532.620)**
(+) Adições permanentes e temporárias	1.709.132	1.709.132
(-) Exclusões permanentes e temporárias	(1.326.898)	(1.326.898)
(=) Base de cálculo	-	-
Alíquota	25%	9%
(=) IRPJ e CSLL	-	-
(-) PAT	-	-
IRPJ e CSLL corrente	**-**	**-**
IRPJ e CSLL diferidos	**(182.625)**	**(65.745)**

9. INVESTIMENTOS

(a) Composição dos saldos

	2022	2021

Descrição	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terreno não hospitalar	-	8.428.982		8.428.982	8.428.982
Edificações não hospitalar	3%	1.571.018	(212.810)	1.358.208	1.393.901
Total		**10.000.000**	**(212.810)**	**9.787.190**	**9.822.883**

(b) Movimentação dos saldos

Descrição	2021	Aquisições	Baixas	2022
Custo				
Terreno não hospitalar	8.428.982	-		8.428.982
Edificações não hospitalares	1.571.018	-		1.571.018
Total	**10.000.000**	**-**		**10.000.000**

10. IMOBILIZADO

(a) Composição dos saldos

				2022	2021
Descrição	**Taxa média de depreciação**	**Custo**	**Depreciação**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Terreno não hospitalar	-	1.008.077	-	1.008.077	1.008.077
Edificações não hospitalar	2,86%	918.408	(230.888)	687.520	705.613
Instalações não hospitalar	7,14%	5.589	(5.589)	-	-
Máquinas e equipamentos não hospitalar	7,14%	70.513	(42.965)	27.548	29.832
Informática não hospitalar	4,17% a 7,14%	147.412	(147.387)	25	25
Móveis e utensílios não hospitalar	7,22%	69.822	(55.384)	14.438	18.837
Veículos não hospitalar	10%	72.823	(72.823)	-	8.680
Software não hospitalar	20%	57.729	(55.773)	1.956	1.833
Total		**2.350.373**	**(610.809)**	**1.739.564**	**1.772.897**

(b) Movimentação dos saldos

Descrição	2021	Aquisições	Baixas	2022
Terreno não hospitalar	1.008.077	-	-	1.008.077
Edificações não hospitalar	918.408	-	-	918.408
Instalações não hospitalar	5.589	-	-	5.589
Máquinas e equipamentos não hospitalar	60.914	10.887	1.288	70.513
Informática não hospitalar	150.097	-	2.685	147.412

Móveis e utensílios não hospitalar	73.145	-	3.323	69.822
Veículos não hospitalar	72.823	-	-	72.823
Software não hospitalar	52.547	5.182	-	57.729
Total	**2.341.600**	**16.069**	**7.296**	**2.350.373**

11. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

11. 1 Provisão de insuficiência de Prêmios

Conforme previsto na Resolução Normativa (RN) nº 442, as operadoras devem constituir a Provisão de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações (PIC), de forma gradual e linear ao longo de 36 meses, a partir de janeiro de 2020. As operadoras que não possuem metodologia atuarial própria para cálculo da PIC têm de utilizar, como referência para apuração da quantia provisionada, o Fator de Insuficiência de Contraprestações/Prêmios (FIC) multiplicado pela soma dos valores das contraprestações pecuniárias de planos privados de assistência à saúde de preço preestabelecido nos últimos 12 meses ou dos últimos 24 meses conforme estabelecido na 10º Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada da ANS em 27/12/2021. Em 2022 a operadora provisionou 100% dessa provisão no montante de R$ 1.749.199 e em 2021 não foi necessária a constituição dessa provisão.

11.2 Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

A operadora possui processo de ressarcimento ao SUS, totalizando R$ 379.532 (trezentos e setenta e nove mil e quinhentos e trinta e dois reais), conforme dados obtidos do site da ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar. Em 31 de dezembro de 2021 esse montante era de R$ 369.678 (trezentos e sessenta e nove mil e seiscentos e setenta e oito reais).

11.3 Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços

Os Eventos Indenizáveis são apropriados à despesa, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos, observando que o fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Naqueles casos em que o atendimento ocorre sem o conhecimento da Operadora, o reconhecimento da despesa se deu com a constituição da Provisão Técnica específica (PEONA), nos moldes da regulamentação em vigor.

Os Eventos líquidos dessas operações são apresentados a valores originais e referem-se, substancialmente, a serviços prestados por profissionais médicos, hospitais, clínicas, institutos e laboratórios e estão assim demonstrados:

Descrição	**2022**	**2021**
Serviços médicos PF	76.066	93.932
Serviços médicos PJ	3.384.317	4.378.352
Rede própria	-	-
Reembolsos	4.137	8.835
Total	**3.464.520**	**4.481.119**

11.4 Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados PEONA

Refere-se à provisão constituída em atendimento à Resolução Normativa ANS nº. 442/2018, com base em nota técnica atuarial aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme Ofício nº 4468/2013/GGAME (GEHAE) /DIOPE/ANS, datado de 12 de novembro de 2013, do Processo nº 33902.867257/2011-09 para Peona – Outros prestadores e Ofício nº 2110/2021/COAP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, datado de 10 de novembro de 2021, do Processo nº 33910.022476/2021-21 para Peona SUS.

Durante o exercício de 2022, procedemos a reversão no montante de R$ 401.419 (quatrocentos e um mil quatrocentos e dezenove reais) para Peona – Outros Prestadores e procedemos a provisão de R$ 116.371 (cento e dezesseis mil trezentos e setenta e um reais) para Peona – SUS, conforme relatórios enviados pela PLURALL SOLUÇÕES E ESTRATÉGIAS EM SAÚDE SUPLEMENTAR LTDA que assinam o cálculo. O montante da Peona SUS se divide em R$ 389.561 de obrigações a curto prazo e R$ 21.055 de obrigações a longo prazo.

Descrição	2022	2021
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (Peona Outros prestadores)	2.646.524	3.047.943
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (Peona SUS)	389.561	294.245
Total do circulante	**3.036.085**	**3.342.188**
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (Peona SUS)	21.055	-
Total do não circulante	**21.055**	**-**
Total Provisão de eventos ocorridos e não avisados (Peona)	**3.057.140**	**3.342.188**

12. DEBITOS DIVERSOS

Descrição	2022	2021
Obrigações com pessoal	638.018	579.377
Fornecedores de bens	712.987	1.218.137
Fornecedores de serviços	793.429	578.125
Adiantamento de Clientes	33	-
Aluguéis a pagar	16.490	15.038
Total	**2.160.957**	**2.390.677**

13. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

No ano de 2022 de acordo com os consultores jurídicos, os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais nos quais a operadora é parte passiva e ativa estão assim classificados:

Ré (Perda):

Descrição	Cível	Tributário	Trabalhista	2022	2021
Provável	886.129	297.476	-	1.183.605	1.049.563
Possível	3.610.279	-	-	3.610.279	3.179.423

Autora (Ganho):

Descrição	Cível	Tributário	2022
Provável	2.058.617	858.422	2.917.039
Possível	1.421.964	2.705.029	4.126.993

As ações movidas no polo ativo referem-se a ações movidas por advogados externos com probabilidade de êxito provável para companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado, no valor de R$ 10.239.821 (dez milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais) está representado por 985.200 ações.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício.

(c) Reserva especial e outras reservas

A reserva está segregada da seguinte forma:

(i) **Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído** – composto pela parcela dos dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos.

(ii) **Outras reservas/reserva especial para margem de solvência** – composto pelos lucros remanescentes não distribuídos para garantir a margem de solvência estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

15. ATIVOS GARANTIDORES ÀS PROVISÕES TÉCNICAS

Em 2022, a Companhia mantém aplicações garantidoras de provisões técnicas no valor de R$ 11.187.013 (onze milhões, cento e oitenta e sete mil e treze reais), sendo que este montante em instituição financeira conveniada à ANS, através de Fundo Dedicado a Saúde Suplementar que estão vinculados e registrados como ativos garantidores das provisões técnicas, e só podem ser movimentados com prévia autorização da ANS.

A Companhia também mantém aplicações livres no valor de R$ 9.614.524 (nove milhões, seiscentos e catorze mil quinhentos e vinte e quatro reais) para cobrir eventual lastro aos Ativos Garantidores relativo às provisões técnicas, se necessário.

Em 2022 os montantes mantidos em aplicações financeiras somam R$ 20.801.537 (R$ 24.314.531 em 2021).

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1 Posição Societária

A Policlin Saúde S/A é subsidiária integral da Policlin S/A Serviços Médico-hospitalares, e dirigidas pelos mesmos diretores que atualmente exercem o mandato em sua controladora, conforme Ata de Assembleia Geral devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

16.2 Transações com Parte Relacionadas

(a) Venda de serviços:

Descrição	2022	2021
Policlin Empresarial S/A	4.089	5.106
Policlin S/A - Serviços Médico-Hospitalares	3.651.052	3.586.597
Total	**3.655.141**	**3.591.703**

As vendas de serviços referem-se a plano de saúde negociado com partes relacionadas, com base na tabela de comercialização para o público em geral.

(b) Compra de serviços:

Descrição	2022	2021
Policlin S/A - Serviços Médico-Hospitalares	78.235.849	82.711.507
Policlin Empresarial S/A	16.022	16.198
Total	**78.251.871**	**82.727.705**

Os serviços são comprados através de tabelas com base em termos e condições definidos entre as partes.

(c) Saldos do fim do exercício:

Contas a Receber	2022	2021
Policlin S/A - Serviços Médico-Hospitalares	2.833.006	2.250.922
Policlin Empresarial S/A	1.106	914
Total	**2.834.112**	**2.251.836**

Contas a Pagar	2022	2021
Policlin S/A - Serviços Médico-Hospitalares	427.992	242.143
Policlin Empresarial S/A	1.335	1.335
Total	**429.327**	**243.478**

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações com plano de saúde para beneficiários da Policlin Serviços de Saúde Empresarial S/A e Policlin S/A Serviços Médicos Hospitalares com vencimento de até 30 dias. As contas a receber não estão sujeitas à atualização de juros.

As contas a pagar para partes relacionadas são decorrentes de rateios de gastos corporativos com a Policlin S/A Serviços Médico-Hospitalares e de medicina ocupacional contratada da Policlin Serviços de Saúde Empresarial S/A com vencimento de até 30 dias. As contas a pagar não estão sujeitas à atualização de juros.

17. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro para cobertura dos bens do ativo imobilizado, das propriedades para investimentos e imóveis de terceiros. A cobertura é contratada por montante considerado adequado pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, a dispersão geográfica de suas dependências, e os riscos envolvidos em suas operações.

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2022	2021
Pessoal	7.561.041	10.602.684
Serviços de terceiros	1.827.580	2.152.617
Localização e funcionamento	1.198.318	964.453
Depreciação e amortização	84.018	81.136
Publicidade e propaganda	1.193.975	1.193.745
Tributos	58.204	52.087
Despesas diversas	3.613.304	3.735.464
Total	**15.536.440**	**18.782.186**

19. REMUNERAÇÃO A DIRETORES

Descrição	2022	2021
Remuneração salarial	1.870.000	4.746.043
Total	**1.870.000**	**4.746.043**

20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

20.1 - Outras receitas não relacionadas com o plano de saúde	2022	2021
Recuperação de despesas	9.284	5.833
Outras receitas	1.580	1.660
Total	**10.864**	**7.493**

20.2 - Outras despesas operacionais	2022	2021
Provisão para perdas sobre créditos	(739.045)	(279.956)
Reclamações judiciais não cobertas no contrato	(1.257.661)	(1.178.880)
Outras despesas	(56.463)	(125.882)
Total	**(2.053.169)**	**(1.584.718)**

21. DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA

Em conformidade com o CPC 03 Comitê de Pronunciamentos Contábeis, demonstramos a seguir a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL	(2.532.620)	(4.200.141)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	84.019	81.135
Provisões técnicas (PIC)	1.749.199	0
Provisões técnicas (Peona)	(306.103)	572.647
Provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa	902.865	797.749
Provisão para ações judiciais	134.042	428.574
Baixa de ativos	1.296	2.035.227
(Aumento) / Redução de:		
Contraprestação pecuniária a receber	(1.629.214)	34.714
Aplicações financeiras	3.512.994	784.701
Créditos tributários e previdenciários	(611.176)	104.521
Bens e títulos a receber	(16.604)	(108.657)
Títulos e créditos a receber	(1.452)	(2.003)
Despesas antecipadas	(70.000)	(70.000)
Depósitos judiciais e fiscais	0	459.744
Aumento / (Redução) de:		
Eventos a liquidar	(985.690)	724.481
Receitas a faturar	1.060	(452)
Comercialização sobre Operações	(20.751)	20.751
Débitos de operações de assistência à saúde	80.285	496
Tributos e encargos sociais a recolher	163.663	(51.220)
Débitos diversos	(229.719)	(902.582)
IRPJ e CSLL pagos	(898.188)	(474.226)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(532.094)**	**235.459**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de riscos

(a) Risco de crédito

O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio da Companhia é o risco de crédito, porém não há evidência de dificuldades financeiras de nossos clientes, bem como, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos da deterioração do crédito, dado a seletividade deles, procedimentos estes adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nossas contas a receber.

(b) Risco de liquidez

A Diretoria acompanha, tempestivamente, a evolução dos fluxos de caixa e da margem de solvência da Operadora com a finalidade de garantir que os recursos gerados e mantidos sejam suficientes para honrar seus compromissos com os beneficiários e os prestadores de serviços, bem como, atender às demais necessidades operacionais. Destaca-se que, além dos investimentos livres, de renda fixa com alta liquidez, existem aplicações em ativos garantidores que, basicamente, são recursos financeiros mantidos para assegurar o passivo decorrente das provisões técnicas.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A diretoria declara que, entre a data final e a data de autorização das demonstrações contábeis, não foram identificados fatos relevantes que pudessem impactar na situação patrimonial e financeira da Operadora.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela administração em 28 de março de 2023.

CYRO ALVES DE BRITTO FILHO
Diretor

ALOÍSIO DE OLIVEIRA FERNANDES
Diretor

ANA RENATA DALPRAT S R SILVA
Contador
CRC 1SP297621/0-7